

Vogais Suplentes:

- D. Dília Conceição Costa Silva, Assistente Técnico da Direção de Administração e Recursos Humanos;

- D. Maria Luísa Silva Lobo, Coordenadora da Direção de Administração e Recursos Humanos.

29 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Funchal, 28 de dezembro de 2020.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE, IP-RAM, Maria Rita Sabino Martins Gomes de Andrade

Aviso n.º 832/2020

Procedimento concursal comum tendente ao recrutamento de um trabalhador, com ou sem vínculo de emprego público, para a constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho integrado na carreira geral de Técnico Superior, com Licenciatura em Engenharia Eletromecânica ou Mecânica, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM).

1. Para efeitos do disposto no artigo 33.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, conjugado com o artigo 11.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por despacho de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, de 27 de outubro de 2020, que aprovou o Mapa Regional Consolidado de Recrutamento de 2020, e do despacho de Sua Excelência o Secretário Regional de Saúde e Proteção Civil de 28 de dezembro de 2020, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM), procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, integrado na carreira geral de técnico superior, com Licenciatura em Engenharia Eletromecânica ou Mecânica, do IASAÚDE, IP-RAM, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2. Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.º 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, 49/2018, de 14 de agosto, e 71/2018, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro, Lei 79/2019, de 2 de setembro, Lei n.º 82/2019, de 2 de setembro, Lei n.º 2/2020, de 31 de março, adaptado à administração regional Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro, Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e o Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

3. Prazo de validade - O presente procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho em referência e caduca com a sua ocupação, sem prejuízo das demais causas de cessação do procedimento concursal.

4. Local de trabalho - O local de trabalho situa-se nas instalações do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, sito à Rua das Pretas, 1, 9004-515 Funchal.

5. Posicionamento remuneratório - A determinação do posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados é objeto de negociação, nos termos do disposto no artigo 38.º, da LTFP, adaptada à administração regional Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, sendo a posição remuneratória de referência a 2.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior, a que corresponde o nível 15 da Tabela Remuneratória Única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, nos termos constantes do Anexo I do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho.

6. As funções a desempenhar no posto de trabalho a ocupar correspondem ao grau 3 de complexidade funcional, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 86.º, da LTFP.

7. O posto de trabalho a ocupar é o previsto no n.º 1, do artigo n.º 2, da Portaria n.º 178/2012, de 31 de dezembro que aprovou os Estatutos do então Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM.

8. São requisitos gerais cumulativos de admissão, os previstos no artigo 17.º da LTFP, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto:

a) Ser detentor de nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não se encontrar interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8.1 Requisitos específicos de admissão - Licenciatura em Engenharia Eletromecânica ou Mecânica, e Inscrição na Ordem dos Engenheiros, conforme previsto no mapa de pessoal do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, a que alude a alínea i), do n.º 3, do artigo 11.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e Inscrição na Ordem dos Engenheiros.

8.2 Critérios preferenciais: experiência profissional, em que se pondera o desempenho efetivo de funções nas áreas de atividade com o grau de complexidade funcional caracterizadora do posto de trabalho dentro das atividades do ponto n.º 6.

9. Área de recrutamento: Podem candidatar-se ao presente procedimento concursal, os trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, nos termos do artigo 30.º, da LTFP, adaptada à administração regional Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto.

10. Forma de apresentação da candidatura: nos termos do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, as candidaturas deverão ser apresentadas da seguinte forma:

a) Mediante o preenchimento do "Formulário de Candidatura" a fornecer pelo Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, ou imprimir a partir da página eletrónica

(<http://www.iasaude.pt/RecursosHumanos/Recrutamento/Formulários>);

b) ou ainda a partir do site oficial da BEP-RAM - Bolsa de Emprego Público da Região Autónoma da Madeira (<https://bep.madeira.gov.pt/Home/Formulario>), nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2018/M, de 28 de dezembro;

c) Pessoalmente nas instalações do IASAÚDE, IP-RAM, sita à Rua das Pretas, 1, 9004-515 Funchal, no horário das 09h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m, no 2.º andar, na Seção de Expediente;

d) Através do correio eletrónico concursohr@iasaude.madeira.gov.pt;

e) Através do envio, por correio registado e com aviso de receção, para a morada indicada, em envelope fechado, com a seguinte referência: "Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado tendente ao preenchimento de um posto de trabalho integrado na carreira geral de técnico superior para o Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM.

11. O formulário devidamente preenchido, datado e assinado, deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

11.1. Candidatos sem vínculo de emprego público:

a) Um exemplar do Curriculum Vitae, atualizado, datado e assinado pelo candidato, do qual devem constar, designadamente, as habilitações académicas, as funções que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional realizada (cursos, estágios, encontros, etc., indicando a respetiva duração e datas de realização);

b) Cópia legível do certificado das habilitações académicas;

c) Fotocópias legíveis dos certificados comprovativos das ações de formação profissional frequentadas e relacionadas com a caracterização do posto de trabalho a ocupar;

d) Fotocópia simples do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão.

11.2. Candidatos com vínculo de emprego público: Os candidatos já detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado e com vínculo de emprego público a termo devem, ainda, entregar os seguintes documentos:

a) Declaração emitida pelo órgão ou serviço a que o candidato pertence, onde conste a natureza do vínculo, data da sua constituição, cargo, ou carreira/categoria e atividade/funções que executa, devendo ainda a declaração mencionar o posicionamento remuneratório em que o trabalhador se encontra posicionado na carreira/categoria de origem.

12. Os documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão a concurso, referidos no ponto 9 do presente aviso, podem ser dispensados desde que, no próprio formulário de candidatura, previsto no ponto 11 do presente aviso, os candidatos declarem, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, que reúnem esses requisitos.

13. Os candidatos podem ainda apresentar, querendo, quaisquer documentos que considerem ser suscetíveis de influir na apreciação do seu mérito.

14. Nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 112.º, do CPA o candidato deve informar, no formulário tipo de candidatura, do seu consentimento prévio de envio das notificações decorrentes da candidatura ao presente

procedimento concursal para o endereço de correio eletrónico que ali mencionar.

15. Métodos de seleção:

15.1. Os métodos de seleção a utilizar são:

- Prova de Conhecimentos Escrita (PCE);

- Avaliação Curricular (AC);

- Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

15.2. Nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, e n.º 4 do artigo 36.º da LTFP, serão aplicados os seguintes métodos de seleção:

a) Aos candidatos sem vínculo de emprego público à Administração Pública como método de seleção obrigatório a prova de conhecimentos e como método de seleção facultativo a entrevista profissional de seleção;

b) Aos candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, caso não exerçam a opção pelos métodos acima referidos o método de seleção será a avaliação curricular e o método de seleção facultativo, a entrevista profissional de seleção.

16. - Prova de Conhecimentos (PCE): Visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos, necessárias ao exercício da função e terá a duração de 90 minutos, com tolerância de 15 minutos, não sendo permitida a consulta de legislação, desenvolvendo as seguintes atividades:

a) Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão (RTIEBT);

b) Sistema de certificação energética dos edifícios e regulamento de desempenho energético dos edifícios, conforme está no anúncio;

c) Regime de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, após a sua entrada em serviço, bem como as condições de acesso às atividades de manutenção - (Decreto Legislativo Regional n.º 7/2016/M).

Com a seguinte Legislação de apoio:

- Sistema de certificação energética dos edifícios e regulamento de desempenho energético dos edifícios - Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto; Decreto-lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30/04, Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14/09, Decreto-Lei n.º 251/2015, de 25/11, Decreto-Lei n.º 28/2016, de 23/06 e pela Lei n.º 52/2018, de 20/08; Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/M, de 14 de janeiro; Portaria n.º 349-A/2013, de 29 de novembro, alterada pela Portaria n.º 115/2015, de 24/04, Portaria n.º 39/2016, de 07/03; Portaria n.º 349-B/2013, de 29 de novembro, alterada pela Portaria n.º 379-A/2015, de 22/10, Portaria n.º 319/2016, de 15/12, e Portaria n.º 98/2019, de 02/04; Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2014, de 31/01 e alterada pela Portaria n.º 405/2015, de 20/11; Portaria n.º 349-D/2013, de 2 de dezembro, retificada pela retificação Declaração de Retificação n.º 3/2014, de 31/01, e alterada pela Portaria n.º 17-A/2016, de 04/02, e Portaria n.º 42/2019, de 30/01; Portaria n.º 353-A/2019, de 4 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 2/2014, de 31/01.

16.1. Os métodos de seleção a utilizar pelos candidatos que sejam titulares de carreira e exerçam as funções mencionadas, e não usem faculdade de opção pela aplicação dos métodos referidos no ponto 19, conferida nos termos do n.º 3, do artigo 36.º, da LTFP, adaptada à Administração Regional Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, são os seguintes:

a) Avaliação curricular (AC) - A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. A Avaliação Curricular é valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar. São considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, a fixar pelo júri, sendo obrigatoriamente considerados os seguintes:

- A habilitação académica;
- A formação profissional, considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;
- A experiência profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas;
- Avaliação de desempenho para os candidatos que já tenham desempenhado atividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

16.2. Entrevista Profissional de Seleção (EPS)

- A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, sendo que:

- Por cada entrevista será elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada;
- A entrevista será avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido ou Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores;

17. O local, data e hora da sua realização serão afixados atempadamente em local visível e público das instalações do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM e disponibilizados na sua página eletrónica em <http://iasaude.pt/index.php/recursos-humanos/rh/recrutamento>.

18. A classificação final (CF) A classificação final dos candidatos que completem o procedimento resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção aplicáveis em cada caso, que será expressa na escala de 0 a 20 valores e será obtida pela aplicação da seguinte fórmula, consoante a origem e/ou opção do candidato:

$$CF = PCE (70\%) + EPS (30\%)$$

ou

$$CF = AC (70\%) + EPS (30\%)$$

$$\text{Classificação Final} = CF$$

$$\text{Prova de conhecimentos Escrita} = PCE$$

$$\text{Entrevista Profissional de Seleção} = EPS$$

OU

$$\text{Classificação Final} = CF$$

$$\text{Avaliação Curricular} = AC$$

$$\text{Entrevista Profissional de Seleção} = EPS$$

19. Quotas de Emprego: Dar-se-á cumprimento ao previsto no n.º 3, do artigo 3.º, do Decreto-Lei 29/2001, de 3 de fevereiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2001, de 24 de agosto, ou seja, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece

sobre qualquer outra preferência legal, devendo para tal o candidato declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma mencionado.

20. Resultados obtidos na aplicação dos métodos de seleção - Os resultados obtidos em cada método de seleção serão publicitados através de lista, ordenada alfabeticamente, a disponibilizar na página eletrónica do IASAÚDE, IP-RAM, <http://iasaude.pt/index.php/recursos-humanos/rh/recrutamento>. Os candidatos aprovados em cada método de seleção são convocados, nos termos previstos nos artigos 7.º e 10.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

21. Em situações de igualdade de valores obtidos, aplica-se o disposto no artigo 27.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, conjugado com o disposto no artigo 66.º, da LTFP, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto.

22. Nos termos do n.º 6, do artigo 11.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, os candidatos têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, estão disponíveis no sítio da Internet do IASAÚDE, IP-RAM (<http://iasaude.pt/index.php/recursos-humanos/rh/recrutamento>)

23. Candidatos aprovados e excluídos - Constituem motivos de exclusão dos candidatos, o incumprimento dos requisitos gerais e especiais mencionados no presente Aviso, sem prejuízo dos demais requisitos, legal ou regulamentarmente previstos.

24. Constituem, ainda, motivos de exclusão a não comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção que exija a sua presença física e a obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer método de seleção aplicado, não lhes sendo aplicado o método de seleção seguinte, considerando-se, por conseguinte, excluídos da ordenação final.

25. Os candidatos excluídos são notificados para a realização de audiência de interessados, conforme previsto no n.º 1, do artigo 22.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por uma das formas previstas no n.º 3, do mesmo artigo.

26. Homologação da lista de ordenação final - Após homologação, a lista unitária de ordenação final dos candidatos será afixada em local visível e público das instalações do IASAÚDE, IP-RAM e disponibilizada na sua página eletrónica em www.iasaude.pt, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do JORAM com informação sobre a sua publicitação.

27. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações, bem como a apresentação de documentos comprovativos de factos referidos no currículo que possam relevar para apreciação do seu mérito e que se encontrem deficientemente comprovados.

28. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão passíveis de punição nos termos previstos no n.º 11, do artigo 20.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

29. Júri do procedimento concursal:

29.1. Composição:

Presidente:

- Eng.º Ernesto Justiniano Gonçalves, Engenheiro Civil, da carreira e categoria de Técnico Superior - do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM.

Vogais Efetivos:

- Eng.º Luís Filipe Santos Rodrigues, Engenheiro Eletromecânico, da carreira e categoria de Técnico Superior, afeto ao Núcleo de Instalações e Equipamentos do SESARAM, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

- Eng.º João Alexandre Andrade Romeira, Engenheiro Mecânico, da carreira e categoria de Técnico Superior, afeto ao Núcleo de Instalações e Equipamentos do SESARAM.

Vogais Suplentes:

- Eng.º João Paulo Correia Figueira César, Especialista de Informática de grau 3, nível 1, da carreira não revista de Especialista de Informática, do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM;

- Dra. Rita Paula Neves Gomes Lopes Bento de Gouveia, da carreira e categoria de Técnico Superior, do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM.

30. As deliberações do Júri são lavradas em atas, a facultar aos candidatos sempre que o solicitem, de acordo com o disposto do n.º 6, do artigo 11.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

31. Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 11.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, conjugado com o Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2013/M, de 28 de junho alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público da Região Autónoma da Madeira (BEP-RAM) (<https://bep.madeira.gov.pt>), até ao segundo dia após publicação no JORAM, na página eletrónica do IASAÚDE, IP-RAM (por extrato),

em

<http://iasaude.pt/index.php/recursos-humanos/rh/recrutamento>, a partir do dia seguinte à publicação no JORAM.

32. Em cumprimento da alínea h), do artigo 9.º, da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Funchal, 28 de dezembro de 2020.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE, IP-RAM, Maria Rita Sabino Martins Gomes de Andrade

Aviso n.º 833/2020

Procedimento concursal comum tendente ao recrutamento de um trabalhador, com ou sem vínculo de emprego público, para a constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho integrado na carreira geral de Técnico Superior, com Licenciatura em Engenharia Química, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM.

1. Para efeitos do disposto no artigo 33.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em

anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, conjugado com o artigo 11.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por despacho de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, de 27 de outubro de 2020, que aprovou o Mapa Regional Consolidado de Recrutamento de 2020, e do despacho de Sua Excelência o Secretário Regional de Saúde e Proteção Civil de 28 de dezembro de 2020, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM), procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, integrado na carreira geral de técnico superior, com Licenciatura em Engenharia Química, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2. Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.º 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, 49/2018, de 14 de agosto, e 71/2018, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro, Lei 79/2019, de 2 de setembro, Lei n.º 82/2019, de 2 de setembro, Lei n.º 2/2020, de 31 de março, adaptado à administração regional Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1-

-/A/2020/M, de 31 de janeiro, Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e o Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

3. Prazo de validade - O presente procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho em referência e caduca com a sua ocupação, sem prejuízo das demais causas de cessação do procedimento concursal.

4. Local de trabalho - O local de trabalho situa-se nas instalações do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, sito à Rua das Pretas, 1, 9004-515 Funchal.

5. Posicionamento remuneratório - A determinação do posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados é objeto de negociação, nos termos do disposto no artigo 38.º, da LTFP, adaptada à administração regional Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, sendo a posição remuneratória de referência a 2.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior, a que corresponde o nível 15 da Tabela Remuneratória Única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, nos termos constantes do Anexo I do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho.

6. As funções a desempenhar no posto de trabalho a ocupar correspondem ao grau 3 de complexidade funcional, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 86.º, da LTFP.

7. O posto de trabalho a ocupar é o previsto no n.º 1, do artigo n.º 2, da Portaria n.º 178/2012, de 31 de dezembro que aprovou os Estatutos do então Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM.

8. São requisitos gerais cumulativos de admissão, os previstos no artigo 17.º da LTFP, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto:

a) Ser detentor de nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;